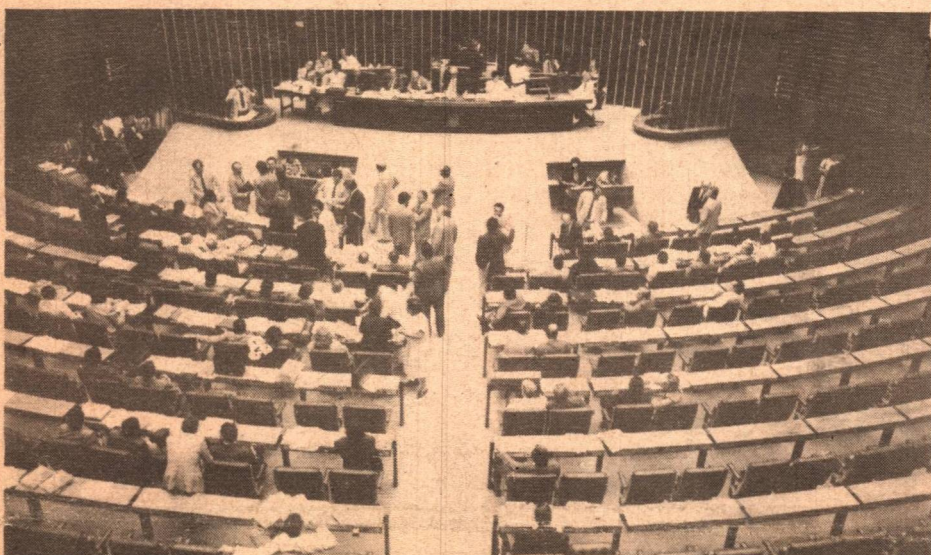


Sua grana, sua casa, sua família: tudo em perigo!

André Dusek/Aqil



As decisões tomadas neste plenário...

Cyntia Brito



vão depender da mobilização popular em todo o País.

O momento é grave. O povo brasileiro nunca esteve tão frustrado, pessimista e sem perspectivas. Nunca foi tão enganado. O empobrecimento brutal dos trabalhadores e as incontáveis falências de pequenas empresas estão criando uma situação insuportável.

Culpados? É fácil identificar os responsáveis pelo caos do país: o Presidente da República ao pensar em aumentar o seu mandato, e para isso transforma o Palácio do Planalto em balcão de negociações; os grandes empresários não encontram barreiras para a sua ganância, a ponto de utilizarem o fuzil para impedir a Reforma Agrária.

E os partidos? A maioria deles, em particular o PMDB, de fonte de esperanças transformou-se em coqueiro de suas promessas.

Em meio a essa crise, a Constituinte ainda provoca a ira e o ódio dos grandes grupos econômicos. Eles não admitem sequer os pequenos avanços aprovados nesta fase da Constituinte, como a garantia parcial no emprego, as horas-extras em dobro, a redução da jornada de trabalho, etc.

Mas, a Constituinte resolve? O Partido dos Trabalhadores não quer iludir ninguém. Mas faz um alerta: na Constituinte estão sendo decididas questões que dizem respeito à nossa vida e ao futuro dos nossos



Luiz Ignácio Lula da Silva

filhos. Cruzar os braços agora é fazer o jogo dos poderosos.

Temos conseguido na Constituinte alguns avanços, com a união do PT, PDT, PCB, PC do B, PSB, a minoria de esquerda do PMDB e outros constituintes. Mas os avanços não são definitivos.

Companheiros!

Não podemos ficar parados. Os direitos de toda a população estão em jogo no plenário da Constituinte, onde seus 559 membros vão decidir sob a pressão dos "capitalistas selvagens". Eles vão fazer de tudo para impedir mudanças no País. É por isso que o PT conclama todo cidadão brasileiro, os sindicatos de trabalhadores, associações de bairro, entidades civis e democráticas a se unirem em defesa das reivindicações da maioria do povo brasileiro. A hora é agora!

LULA

ENTRE NA BRIGA POR ISSO.

1 O direito às 40 horas

A Comissão de Sistematização decidiu a favor da redução da jornada máxima de trabalho para 44 horas semanais. Embora isto represente um avanço em relação às 48 horas vigentes na atual Constituição, essa redução não atende às aspirações da classe trabalhadora, que, em todas suas manifestações, em todos os seus

congressos, já deixou claro que quer as 40 horas semanais como limite máximo.

Na França, na Itália e no Canadá, a jornada varia de 38 a 39 horas. Em países mais pobres que o Brasil — Paraguai, Peru — a jornada já é de 40 horas. Até no Brasil, em muitas empresas os trabalhadores já conquistaram menos de 44 horas.

2 O direito ao trabalho

A Comissão de Sistematização da Constituinte aprovou um tímido avanço ao colocar limites às demissões injustas.

Foi aprovado que as demissões só poderão ocorrer nos casos de falta grave, fator tecnológico, contratos a termo e quando a empresa enfrentar dificuldades econômicas in-

transponíveis. Mas esses limites não atingem empresas com até dez empregados. Essa garantia, mesmo limitada, está sendo violentamente atacada pelo empresariado, e, portanto, corre o risco de ser rejeitada.

O PT voltará a apresentar sua proposta sem o "fator tecnológico" e valendo para todas as empresas.



3 O direito de eleger o Presidente

O parlamentarismo previsto no projeto de Constituição tem o objetivo de evitar, mais uma vez, as eleições diretas para presidente. Além disso, o projeto estica o mandato de Sarney para seis anos, e estabelece que o segundo turno das eleições (a ser disputado pelos dois candidatos mais

votados no primeiro turno) será indireto, via colégio eleitoral.

O PT defende o presidencialismo com eleições diretas para presidente da República e com o fortalecimento do Poder Legislativo. Propomos eleições diretas em todos os níveis em 1988.

4 O direito de morar

Pelo projeto de Constituição, o Estado não assume qualquer obrigação com a habitação popular, como se morar não fosse uma necessidade social básica.

A proposta de reforma urbana do PT é no sentido de que deve preva-

lecer o uso social do solo urbano, de maneira a satisfazer às necessidades fundamentais da população na área da habitação. Defendemos a criação de mecanismos para a desapropriação de imóveis utilizados para fins de especulação imobiliária.

5 O direito à soberania nacional!

O projeto não aponta saídas para a dívida externa. Uma dívida monstruosa, contraída fora do controle da população, e que suga preciosos recursos que poderiam ser aplicados na melhoria das condições de vida do povo.

O PT reapresentará ao plenário

•da Constituinte sua proposta de suspensão do pagamento da dívida, seguida por auditoria pública para verificar caso a caso sua origem. Aí poderemos saber quem fez a dívida, onde o dinheiro foi aplicado, e se devemos ou não pagar.

6 O direito à soberania popular!

As Forças Armadas, pelo projeto de Constituição, continuam interferindo na vida política do País, uma vez que a elas são atribuídos poderes de manutenção da "ordem interna"

Para o PT, as Forças Armadas destinam-se exclusivamente à defesa da Nação contra eventuais inimigos externos e à defesa de nossas fronteiras. Portanto, não devem intervir na vida política do país.

7 O direito de greve e liberdade sindical

A pressão dos sindicatos foi responsável pela conquista do direito de greve até esta fase da Constituinte. Já em relação à organização sindical, o texto mantém as confederações — refúgio dos "pelegos" — e impede a organização dos trabalhadores por ramo de atividade, além de manter a obrigação de organizarem-se num

pó sindicato por categoria. Assim, não há liberdade de organização.

O PT defende a abolição do imposto sindical e a liberdade de os trabalhadores decidirem eles próprios a sua organização. É preciso estar atento às pressões dos empresários que querem manter os sindicatos atrelados ao Estado e impedir o direito de greve.

8 D direito à aposentadoria

È quase inacreditável, mas o projeto de Constituição exige 35 anos de serviço para o homem se aposentar, revogando a lei atual, semelhante a de 1923, que permite ao trabalhador aposentar-se aos 30 anos de serviço com vencimentos proporcionais. Estará também revogado o direito de receber os 20% mensais do abono de permanência. Um retrocesso intolerável! Se não bastasse, os profes-

sores, que têm aposentadoria especial garantida pela Constituição atual, são omitidos no projeto. E não temos nenhuma garantia de que o salário do aposentado seja diferente da miséria de hoje.

O PT reapresentará uma série de emendas que garantam a dignidade dos aposentados. E, para isso, contará com a mobilização de todos os trabalhadores.

9 O direito à terra

O substitutivo Cabral 2 não foi além da legislação dos militares, salvo num aspecto: a imissão de posse. Houve aí um avanço, pois a decisão do processo de desapropriação tem de ser dada em 90 dias. Se o juiz entender que o governo desapropriou mal, as terras não voltam às mãos do antigo

dono, mas o governo terá de pagá-las à vista, como se fora uma desapropriação por utilidade pública. Como a Justiça brasileira tem uma formação conservadora e privatista, é provável que tenda a transformar a indenização a prazo em indenização à vista, o que inviabilizaria a Reforma Agrária.

COMO PRESSIONAR

È hora de cobrar as promessas e compromissos assumidos pelos constituintes durante a campanha eleitoral. È a chance que resta para conseguirmos avanços em nossos direitos. Quanto mais ampla e organizada for a mobilização popular, mais resultados ela terá. Cabe às entidades sindicais, civis e democráticas unificar e centralizar a luta pelas reivindicações populares. Qualquer cidadão tem poder para pressionar. Esse trabalho pode ser feito das mais diversas formas. Eis algumas sugestões: 1 — Procure seu sindicato ou associação e proponha um ato de pressão em defesa dos interesses dos trabalhadores.

- 2 — Envie aerogramas, cartas e outras mensagens aos deputados e senadores constituintes reivindicando seus direitos;
- 3 — Organize comitês de luta pelos direitos dos trabalhadores na Constituinte;
- 4 — Organize comissões para pressionar os constituintes nos aeroportos, nas cidades e bairros onde eles residem;
- 5 — Organize caravanas para ir a Brasília nos dias de votação dos temas mais importantes.

Entre em contato com a Bancada do PT na Constituinte

Benedita da Silva/RJ *	Luiz Inácio Lula da Silva/SP
Eduardo Jorge/SP	Olivio Dutra/RS
Florestan Fernandes/SP	Paulo Delgado/MG
Gumercindo Milhomem/SP	Paulo Paim/RS
Irma Passoni/SP	Plínio de Arruda Sampaio/SP
João Paulo Pires/MG	Virgílio Guimarães/MG
José Genoíno/SP	Vitor Buaiz/ES
Luis Gushiken/SP	Vladimir Palmeira/RJ

Câmara dos Deputados - Brasília/DF — CEP 70160

